

SUSTENTABILIDADE: A LEGITIMAÇÃO DE UMA NOVA CULTURA

Juliane do Rocio Juski

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná.
Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas pela UFPR.

Regiane Regina Ribeiro

Doutora, docente do Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFPR.

Resumo

Apenas nas últimas décadas que a humanidade se deu conta das limitações do mundo natural e as alterações climáticas que o modelo de consumismo perverso que privilegia poucos e compromete a sobrevivência de muitos pode fazer. Reconfigurou-se então o pensamento ecológico, foi necessário fazer uma crítica cultural desse modelo de civilização. O novo pensamento só pode ser alterado através de uma mudança cultural no estilo de vida da humanidade, no desenvolvimento de um novo modelo mais harmônico, justo e equilibrado. E é neste contexto que pretendemos explorar no artigo, evidenciando as nuances entre a sustentabilidade e a cultura, e como a sustentabilidade vem se legitimando como uma nova cultura civilizatória.

Palavras-chave: sustentabilidade; cultura; legitimação cultural

Abstract

Only in the last decades that humanity has realized the limitations of the natural world and climate change that model soulless consumerism that favors the few and jeopardizes the survival of many can make. Then reconfigured ecological thinking, it was necessary to make a cultural critique of this model of civilization. The new thinking can only be changed through a cultural change in the lifestyle of mankind, the development of a new, more harmonious, fair and balanced style. It is in this context that we intend to explore in this article, showing the nuances between sustainability and culture, and how sustainability has been legitimized as a new civilizing culture.

Keywords: sustainability; culture; cultural legitimation

Resumen

Sólo en las últimas décadas que la humanidad se dio cuenta de las limitaciones del mundo y el cambio climático natural que el modelo del consumismo perverso que favorece a unos pocos y pone en peligro la supervivencia de muchos puede hacer. Entonces reconfigurado el pensamiento ecológico, que era necesario hacer una crítica cultural de este modelo de civilización. El nuevo pensamiento sólo se puede cambiar a través de un cambio cultural en la forma de vida de la humanidad, el desarrollo de un nuevo estilo, más armonioso, justo y equilibrado. Es en este contexto en el que tenemos la intención de explorar en este artículo, que muestra los matices entre la sostenibilidad y la cultura, y de cómo la sostenibilidad se ha legitimado como una nueva cultura civilizadora.

Palabras clave: sostenibilidad; la cultura; legitimación cultural

1. Introdução

O início do século XXI trouxe inúmeras transformações no cenário mundial: crises econômicas, cultura globalizada e conectada, esgotamento dos modelos energéticos tradicionais, problemas urbanos e de mobilidade, assim como uma diluição do indivíduo em múltiplas identidades representando diferentes papéis, fizeram-nos repensar o modelo civilizatório perverso adotado pela humanidade. A justiça social e os limites de crescimento econômico contribuíram para identificar um dos nossos maiores desafios para este século: o de construir e manter comunidades sustentáveis.

Foi recentemente que a humanidade, como exemplifica Gil (2008), assustada e perplexa, se deu conta de que as reservas naturais do planeta não eram inesgotáveis, que o avanço predatório sobre o mundo natural poderia produzir alterações climáticas e nos privar de bens preciosos. “Que produtos químicos envenenam a terra, as águas e o ar. Que, enfim, o planeta encontrava-se ameaçado. E, com ele, a vida humana” (GIL, 2008, p. 50).

Nesse contexto reconfigurou-se então o pensamento ecológico, o discurso ambiental. Grupos e movimentos ambientalistas se espalharam por todos os cantos do globo, foi necessário rever o pensamento consumista e fazer uma “crítica cultural de um modelo de civilização baseado no avanço tecnológico sem freios, na exploração inesgotável dos recursos naturais, na destruição ecossistêmica e no consumismo desenfreado” (GIL, 2008, p. 50).

E esse novo pensamento só pode ser alterado através de uma mudança cultural no estilo de vida da humanidade, na superação do modelo consumista perverso que privilegia poucos e compromete a sobrevivência de muitos, em prol de um novo modelo mais harmônico, justo e equilibrado. É com este horizonte norteador que pretendemos abordar neste artigo, evidenciando as nuances entre a sustentabilidade e a cultura, e como a sustentabilidade vem se legitimando como uma nova cultura civilizatória.

2. Delimitando o conceito de sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade ainda é muito controverso e polissêmico, e assim como ressalta Capra (2008), tem havido muita confusão a respeito do significado do termo, é pertinente, portanto, refletir por um momento a respeito da história e da construção de significado da palavra *sustentabilidade*.

Para entender como ocorreu esta construção é necessário um retrocesso histórico. E os primeiros indícios são bem anteriores a década passada, Andrea (1994 *apud* LAYRARGUES, 1998) relembra que o termo foi cunhado em 1713 por Carlowitz, visando ao uso do solo que garantisse em longo prazo rendimentos estáveis para a produção florestal. Gligo (1994 *apud* LAYRARGUES, 1998) ressalta ainda que esta primeira percepção sobre sustentabilidade ecológica é atingida ao clímax de um ecossistema natural, no qual a entrada e a saída de matéria, energia e informação no sistema se mantêm equivalentes a longo prazo. Essas primeiras impressões revelam uma aproximação com a biologia e as questões da agricultura. No entanto, o conceito só apresentou maior relevância no cenário mundial quando foi adotado pela economia. E o marco dos debates sobre sustentabilidade acontece quando a questão dos limites diante da humanidade se acentua. Em abril de 1968, trinta cientistas se reúnem na Academia dei Lincei, em Roma, para debater os dilemas da humanidade no presente e no futuro. Do encontro, nasce o Clube de Roma, que ganhou notoriedade com a publicação do relatório final, intitulado *Limites do crescimento*, publicado em 1972 pelo *Massachusetts Institute of Technology*, no qual, mais do que debater sobre o problema populacional, discutiu-se o paradigma tecnológico que acarreta a aceleração da aproximação dos limites.

Mas a urgência em publicar o *Limites do crescimento* não era infundada. Como afirma Layrargues (1998), no mesmo ano, 1972, ocorreria a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, de 5 a 16 de junho em Estocolmo, na Suécia. “A Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, já estava totalmente contaminada pelo diagnóstico do Clube de Roma” (LAYRARGUES, 1998, p.105). Outros dos fatores que propiciaram a concretização da Conferência de Estocolmo, segundo Layrargues (1998), foi o fato de a poluição atmosférica, notadamente a chuva ácida e outros problemas ambientais estarem afetando os países industrializados.

Os resultados mais imediatos da Conferência de Estocolmo foram a criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, e a elaboração da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, com uma lista de 23 princípios norteadores. Observa-se na leitura do texto da Declaração que “o que se pretendia estabelecer com a Declaração de Estocolmo, ao menos como pretexto, era um pouco das propostas apresentadas pelo Clube de Roma” (LAYRARGUES, 1998, p.107), verificando assim a grande influência que a publicação do relatório *Limites do crescimento* exerceu.

De acordo com Sachs (1980 *apud* LAYRARGUES, 1998), Maurice Strong, diretor-executivo da Pnuma, lançou o conceito de *ecodesenvolvimento* durante a Primeira Reunião do Conselho Administrativo em Genebra, em junho de 1973. Era a primeira tentativa de definir um estilo de desenvolvimento adaptado as áreas rurais do terceiro mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais e da sabedoria tradicional camponesa, sem comprometer o esgotamento da natureza e a satisfação das necessidades das gerações futuras. Com esta tentativa “desejava-se criar recusas aos modelos importados proveniente do Norte” (SACHS, 1980).

Em 1974, com a Declaração de Cocoyoc, no México, surge uma interpretação mais abrangente do termo *ecodesenvolvimento*: não só as zonas rurais, também as cidades do terceiro mundo passam a ser consideradas (SACHS, 1980 *apud* LAYRARGUES, 1998).

A adoção de um ponto de vista multigeracional no cuidado com o capital natural e a imposição de limites ao crescimento foram ideias amadurecidas no decorrer do século passado. E diferentes conceitos foram se delimitando.

No início da década de 1980 encontramos três grandes definições para o termo “desenvolvimento sustentável”. Segundo Capra (2008) o conceito de *comunidade sustentável* foi introduzido por Lester Brown, fundador da *Worldwatch Institute*, que definiu “como a que é capaz de satisfazer as próprias necessidades sem reduzir as oportunidades das gerações futuras” (CAPRA, 2008, p. 19).

Na mesma década, o economista Ignacy Sachs se apropria do termo e desenvolve-o conceitual e operacionalmente, criando um quadro de estratégias ao *ecodesenvolvimento*. Segundo Layrargues (1998), Sachs (1980 *apud* LAYRARGUES, 1998) parte da premissa da necessidade incondicional de este modelo estar baseado em três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

Resumidamente, o critério de eficiência econômica procura um rearranjo nas estruturas econômicas das sociedades para que os planejadores percebam que o meio ambiente é uma dimensão do desenvolvimento e seja internalizado em todos os níveis de decisão. Com relação à justiça social devem-se sanar as enormes disparidades sociais baseando-se no critério de equidade social, valorizando-se as comunidades locais, e finalmente, a prudência ecológica, que se coloca como a mola mestra do *ecodesenvolvimento*, em que a variável ambiental deve adquirir seu devido valor e não ser mais tratada como algo passível de ser explorado acriteriosamente. Portanto, “entende-se que a satisfação das necessidades humanas das gerações futuras deve ser garantida, isto é, deve haver uma solidariedade diacrônica sem que comprometa a solidariedade sincrônica com a geração presente, já por demais sacrificada pelas disparidades sociais gritantes na atualidade” (LAYRARGUES, 1998, p. 107).

Para tornar o conceito definitivamente operacional Sachs acredita que existem algumas condições:

“Primeiro, é necessário um grande conhecimento das culturas e dos ecossistemas, sobretudo como as pessoas se relacionam com o ambiente, como elas enfrentam seus dilemas cotidianos, quais são as suas ecotécnicas para a produção de alimentos. A seguir, afirma que o envolvimento dos cidadãos no planejamento das estratégias é fundamental, pois eles são os maiores conhecedores das realidades locais, além de serem os maiores interessados em identificar suas necessidades e transmitir o saber acumulado na comunidade”. (SACHS, 1980 apud LAYRARGUES, 1998, p. 139-140).

A Assembleia Geral da ONU de 1983 criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida pela então primeira-ministra do Partido Trabalhista da Noruega Gro Harlem Brundtland, e formada por 23 membros. Segundo Layrargues (1998), o desafio da comissão consistiu em visitar dez países entre março de 1985 e fevereiro de 1987, “patrocinando estudos, realizando conferências e audiências públicas, consultando especialistas, enfim, promovendo um processo democrático de discussão” (LAYRARGUES, 1998, p. 143-144).

O resultado do trabalho da Comissão foi a publicação, em 1987, do livro *Nosso futuro comum* (McCormick, 1992 apud LAYRARGUES, 1998), também conhecido como Relatório Brundtland. Este documento se constitui num dos mais abrangentes a respeito do panorama mundial da questão ambiental na atualidade. Esta é a premissa básica da Comissão Brundtland (LAYRARGUES, 1998, p. 144) “independente do que ocorreu no passado que tenha originado a atual crise ambiental, independente da existência de atores sociais implicados na responsabilidade da degradação ambiental, a busca por soluções seria uma tarefa comum a toda a humanidade”. O grande destaque do *Nosso futuro comum* é sem dúvida a elaboração de um novo conceito e a mais conhecida e definição clássica de desenvolvimento sustentável, e também adotada para a sustentabilidade. Definiu-se no Relatório Brundtland o desenvolvimento sustentável como sendo: “o desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.46).

A adoção de um ponto de vista multigeracional no cuidado com o capital natural e a imposição de limites ao crescimento foram ideias amadurecidas no decorrer do século passado.

E o debate acerca do tema “desenvolvimento sustentável” e “práticas sociais sustentáveis” continuou, segundo Feldmann (2008, p. 143) é possível afirmar que “o século 21 se iniciou com a realização da chamada Rio-92, evento que se realizou no Rio de Janeiro e se constituiu verdadeiramente através de duas iniciativas complementares: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o Fórum Global”. A convocação da Conferência no Rio de Janeiro foi resultado direto dos problemas apontados pelo Relatório *Nosso futuro comum*, síntese da Comissão Brundtland.

Essa trajetória histórica ajuda-nos a entender o contexto em que se construiu o debate sobre desenvolvimento sustentável, e umbilicalmente, o conceito de sustentabilidade. No entanto, todas as conferências e discussões sobre o tema não eliminaram as dissonâncias com relação à definição conceitual de “sustentabilidade”, ao contrário, ampliaram ainda mais as explicações, propuseram novas abordagens e práticas, e também fizeram com que oportunistas se utilizassem da expressão apenas de forma cosmética, de maneira superficial.

Assim como ressalta Baldissera (2009, p. 36), o termo sustentabilidade “é de qualidade do polissêmico, empregado para designar diferentes ideias e intenções”. Outro autor que reforça a ideia de várias definições do conceito é o professor José Eli da Veiga da USP, para ele, a noção de

sustentabilidade pode vir a ser entendida como um dos mais generosos ideais da humanidade, desde o advento do socialismo, se entendida em seu sentido filosófico, como um projeto de futuro da sociedade.

O que todas essas definições de sustentabilidade trazem de essência em comum, e como destaca Capra (2008), são importantes manifestações morais, “elas nos lembram de nossa responsabilidade de passar a nossos filhos e netos um mundo com tantas oportunidades quanto aquele que herdamos” (CAPRA, 2008, p. 20).

No entanto, como adverte o professor José Eli da Veiga, o termo sustentabilidade além de apresentar inúmeras interpretações traz consigo inúmeras contradições (VEIGA, 2010). Wilson Bueno também alerta para as maneiras enganosas atribuídas ao desenvolvimento sustentável, segundo o autor (2012) quase sempre, assumido de maneira superficial. Bueno (2012) reforça ainda que é necessário repensar o modelo capitalista e consumista que vivemos, um desenvolvimento sustentável só poderá existir se repensarmos o nosso modo de vida.

Com discussões sobre o esvaziamento do conceito de “sustentabilidade” e como o termo poderia apresentar um modo empírico de comprovação, Elkington em sua obra *Canibais de garfo e faca* (2001), apresenta uma maneira de aplicar a ideia de sustentabilidade por meio de três vertentes que podem ser mensuradas: a prosperidade econômica, a qualidade ambiental e a justiça social (*apud* KUNSCH, 2009, p. 66). Esse modelo mensurável ficou conhecido como *triple bottom line*, e os três pilares econômico, social e ambiental.

Esse novo modelo de desenvolvimento, ainda em processo de construção, que surgiu no final do século 20 como resposta ao esgotamento de um novo modelo que o relatório brasileiro para a Conferência da ONU Rio-92 descreveu como o modelo consumista em vigor “ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto”.

A superação desse modelo, assim como afirma Mousinho (2008), requer um horizonte de planejamento que vai além das necessidades e aspirações das populações atuais e exige a integração das questões ambientais, sociais e econômicas. E como destaca a autora (2008),

“se inicialmente o desenvolvimento sustentável pretendia ser abrangente ao englobar não apenas aspectos econômicos, mas também sociais e ambientais, hoje é bastante mais ampla, e a noção de sustentabilidade adotada pela Agenda 21 Brasileira incorpora as dimensões ecológica, ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial. Trata-se de um conceito cuja definição suscita muitos conflitos e mal-entendidos, refletindo as diferentes visões de mundo dos diversos atores envolvidos no debate. Apesar de dar margem a múltiplas interpretações, o conceito de sustentabilidade tem se mantido em cena, e as disputas teóricas que provoca contribuem para ampliar e aprofundar a compreensão da questão ambiental”. (MOUSINHO, 2008, p. 348-349).

3. Delimitando o conceito de cultura

Assim como o conceito de sustentabilidade, a cultura também se apresenta como um conceito polissêmico e múltiplo. Para entender a relação e nuances entre a sustentabilidade e a cultura, faz-se necessário, também, explorar quais são os estudos sobre as definições de cultura. Eagleton apresenta em seu livro “A ideia de cultura” um bom apanhado teórico sobre as diversas definições de cultura. Segundo ele, os ensaios de Eliot sobre a cultura ilustram de forma soberba o constante deslizar do conceito.

Para Eliot.

“aquilo que entende por cultura é o mesmo que o antropólogo: o modo de vida de determinado povo vivendo em conjunto em determinado local. Todavia, outras vezes considera que a cultura é um termo carregado de máximo valor. Cultura pode até ser descrita simplesmente como aquilo que torna a vida digna de ser vivida”. (EAGLETON, 2000, p. 145-146).

Além destes dois significados, flutua ainda um terceiro sentido de cultura, segundo o entendimento de Eagleton (2000, p. 145), como o complexo constituído pelas artes, costumes, religião e ideias de uma sociedade, “sentido este que pode ser posto ao serviço de qualquer das definições”. Para ele, interpretando a ideia de Eliot, “a cultura de uma sociedade é, a certa altura, o que faz da sociedade uma sociedade” (EAGLETON, 2000, p. 145-146).

Outro autor que apresenta uma definição de cultura é Pierre Bourdieu, afirmando que “a cultura é *habitus*, mas é também, contraditoriamente, o modo de existência mais auto-reflexivo de que somos capazes” (*apud* EAGLETON, 2000, p. 149).

Já para Raymond Williams, conforme apresentado por Eagleton (2000), uma cultura nunca pode ser inteiramente consciencializada porque nunca está totalmente realizada. Aquilo que é constitucionalmente em aberto nunca pode ser completamente totalizado.

“A cultura é uma rede de significados partilhados e de atividades, jamais auto-consciente como um todo, desenvolvendo-se antes no sentido de um avanço em consciência e, conseqüentemente, em humanidade plena, de toda uma sociedade. Uma cultura comum implica a produção coletiva destes significados, com a total participação de todos os seus membros”. (EAGLETON, 2000, p. 153).

Para Williams, uma cultura apenas será comum quando for coletivamente produzida, e quando continuamente refeita e redefinida pela prática coletiva dos seus membros, e não quando nela os valores estabelecidos pela elite são assumidos e passivamente vividos pela maioria. Consiste aí a grande diferença entre os conceitos de Williams e Eliot (Eagleton, p. 153).

Escosteguy (2004, p. 141) apresenta a definição de Williams e Thompson, como sendo “a cultura era uma rede de prática e relações que constituíram a vida cotidiana dentro da qual o papel do indivíduo estava em primeiro plano”. Mas de certa forma, segundo a autora, Thompson resistia ao entendimento de cultura enquanto uma forma de vida global, “no seu lugar, preferia entendê-la enquanto uma luta entre modos de vida diferentes” (Escosteguy, 2004, p. 141).

A visão de Escosteguy (2004, p. 141) sobre o pensamento de Raymond Williams é de que “a noção de cultura surge quando se aceita o divórcio entre certas atividades morais e intelectuais e a força impulsionadora de um novo tipo de sociedade”.

Capra também possui a sua definição de cultura, como sendo.

“À medida que a comunicação acontece em uma rede social, elas acabam produzindo um sistema compartilhado de crenças, explicações e valores – um contexto comum de significados, conhecido como cultura, que é sustentado continuamente por novas comunicações. Através da cultura, os indivíduos adquirem identidades, como membros da rede social”. (CAPRA, 2008, p. 23).

4. Sustentabilidade: a legitimação de uma nova cultura

Compreendidos os significados que podem adotar os termos sustentabilidade e cultura, podemos compreender quais são as nuances entre ambos. E principalmente, verificar, que a maioria dos autores e especialistas defendem o papel fundamental da cultura na consolidação e na legitimação da sustentabilidade.

Gil (2008) já ressaltava que o ambientalismo, assim como várias outras práticas culturais não se constituem por si só, elas são a representação e a construção de indivíduos. Para ele (2008) “cada época e cada cultura constrói uma determinada leitura da natureza. O que significa que natureza, para além de sua existência física, também é, sempre, uma criação cultural” (GIL, 2008, p. 46).

Assim como os discursos em defesa da preservação de espaços e riquezas naturais não existiram desde sempre. Para Gil (2008) muitas coisas cuja origem cronológica e cultural podem ser identificadas e delimitadas de modo bem preciso. Como é o caso da sustentabilidade, que já apresentamos anteriormente um breve relato histórico sobre o início das preocupações ambientais e a concepção e promoção do termo ‘sustentabilidade’.

E essa universalização da sensibilidade e da consciência ecológica, segundo Gil, foi fundamental, pois “precisamos, sempre, dar passos adiante no sentido de enraizar o discurso ecológico nas circunstâncias concretas, objetivas, de cada sociedade, cada cultura, cada povo” (GIL, 2008, p. 50).

Essas intervenções culturais precisas, em função de nossas próprias conjunturas, podem ser feitas também, é claro, em âmbito urbano, como defende Gil (2008). E quando ele se refere às intervenções sua alusão é a crítica cultural mais ampla, mais profunda, que põe em xeque práticas e modelos vigentes. Um exemplo disso foi o Partido Verde, que já no início de sua atuação no cenário político brasileiro abriu o foco das discussões, partindo para uma crítica cultural. Para a crítica dos valores subjacentes à corrupção, enraizados no que chamamos de cultura consumista, e visto por especialistas como a causa do colapso nos recursos naturais.

Para Sirks (*apud* GIL, 2008, p. 53) “é fundamental, no momento em que discutem horizontes culturais para nosso país, fazer uma profunda reflexão, uma profunda crítica da cultura consumista vigente e apontar para outros valores”. Pensando em todos os movimentos, as ações dos ambientalistas que devem se estruturar em um sentido duplo. De um lado, o combate imediato ao problema mais concreto, mais particular. De outro, abrir o foco, promovendo a crítica cultural dos valores e das práticas que estão por trás de cada problema em tela, colocar em xeque o modelo econômico vigente, o consumismo exacerbado.

Outro autor que embora trate das diferenças culturais acerca do gênero, das raças e dos credos, também se encaixa perfeitamente nesta visão de mudança da cultura consumista para uma cultura sustentável. Para Bhabha (1998, p. 20) “a articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica”. E esse momento de mudança de paradigma econômico, nada mais é, do ponto de vista expresso neste artigo, do que um momento de transformação histórica, de ruptura.

Assim como a noção de Williams sobre cultura comum, para o autor é inseparável pensar a cultura sem uma mudança socialista radical.

“Ela exige uma ética de responsabilidade comum, integral participação democrática a todos os níveis da vida social, incluindo a produção material, e um acesso igualitário ao processo de produção da cultura. Mas o produto desta atividade política consciente é, ironicamente, uma certa inconsciência.” (EAGLETON, 2000, p. 153).

Para efetuar esta mudança cultural sustentável é necessário uma ruptura do modelo padrão, um rompimento da hegemonia, ou assim como coloca Bhabha (1998, p. 47), “o empreendimento teórico tem de representar a autoridade antagonista (do poder e/ou conhecimento) que, em um gesto duplamente inscrito, tenta simultaneamente subverter e substituir”. E é neste sentido que repensamos o modelo de desenvolvimento sustentável, que necessita simultaneamente subverter e substituir o modelo padrão existente. Outro autor que aponta a ruptura da hegemonia como forma de transformar e mudar a cultura é Stuart Hall.

No entanto, para que ocorre uma mudança cultural outros fatores são cruciais, como é o caso do repertório dos indivíduos. Como acrescenta ALMEIDA, PAULA e BASTOS (2012, p. 83) “o repertório educacional e cultural de cada indivíduo, os interesses, as crenças, os valores, e as idiosincrasias distinguem os sujeitos, que vão concedendo espaço em suas escolhas, garantindo a existência simbólica de organizações, marcas, políticos e governos”.

O repertório dos indivíduos fornece uma transformação da identidade dos sujeitos, e retornando ao modelo de desenvolvimento sustentável abordado aqui, em uma identidade sustentável, que se legitimará através da cultura, pois assim como afirma Almeida, Paulo e Bastos,

“E(...) é no contexto cultural, que se constituem as relações e suas resignificações, de modo a definir a identidade (...). A cultura, portanto, fornece rico material simbólico para a elaboração dessa identidade, construída de forma social e histórica por meio de interações dos sujeitos que a constituem”. (ALMEIDA, PAULA e BASTOS, 2012, p. 85).

A cultura serve como base para a construção das identidades e resignificação de papéis, símbolos, políticas, regras e procedimentos formais e informais. A identidade, por sua vez, é uma das maneiras de se construir sentido sobre aquilo que se constitui como a cultura, e está nesta relação a principal importância em transformação do indivíduo, de evoluir para uma identidade sustentável, uma identidade que se reconhece nos valores do desenvolvimento sustentável, e que culturalmente exprime esta identidade nas ações e práticas sociais, e através destas práticas legitimar este novo valor que é a sustentabilidade.

4. Considerações

A superação do modelo de desenvolvimento consumista perverso, que vivenciamos hoje, é um empreendimento que, assim como reforça Capra (2008, p. 33) “transcende todas as diferenças de raça, cultura ou classe social”. A Terra é nosso lar comum, e “criar um mundo sustentável para nossas crianças e para as futuras gerações é uma tarefa para todos nós” (CAPRA, 2008, p. 33).

E esta tarefa não é fácil, porque “todos esses males sociais são produtos de um determinado processo civilizatório” (GIL, 2008, p. 54). E o que a crítica cultural dos ecologistas pretende “é apontar outro horizonte, para a possibilidade de um novo modelo de civilização” (GIL, 2008, p. 54).

A transformação e superação do modelo capitalista perverso, para um modelo igualitário, justo e sustentável dependem de ações, de práticas cotidianas desenvolvidas culturalmente, e como conclui Gil (2008, p. 57) “mas sabendo que só cantar não basta. Que o ambientalismo brasileiro deve juntar sempre, aos louvores que fizer convites à práxis”.

E assim como ressalta Baldissera (2009, p. 38 *apud* KUNSCH, 2009) a ideia de sustentabilidade necessita ser significada e apropriada em sua complexidade pelos diferentes sujeitos sociais, e pela sociedade de modo a ser reconhecida como valor que se traduz em prática, ocorrendo, assim, deslizamento do paradigma econômico-consumista para o da sustentabilidade.

Para finalizar, retornemos ao início, nenhum conceito pode ser inatingível sem a sua aplicação empírica, e neste caso, para que execução da sustentabilidade é necessária uma mudança de mentalidade, e mais profundamente uma mudança da cultura consumista perversa para uma cultura civilizatória sustentável, e sem a crença que sim, “teremos um futuro comum” como pregava o Relatório Brundtland, aí sim se torna algo impossível.

Outro fator para tentarmos construir um mundo melhor e mais sustentável é incorporar novos atores no processo de tomada de decisões, abrir espaço para um debate mais amplo, informar e educar os atores para se tornarem cidadãos em sua plenitude, e romper com o modelo econômico perverso que se beneficiam com as misérias de muitos e insistem em manter o *status quo*.



Referências

- ALMEIDA, A. L. C.; PAULA, C. F. C.; BASTOS, F. O. S. *Identidade, imagem e reputação: processo de construção de sentido no contexto das organizações*. In: OLIVEIRA, I. L.; LIMA, F. P. *Propostas conceituais para a comunicação no contexto organizacional*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2012.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BALDISSERA, R. *A comunicação (re)tecendo a cultura da sustentabilidade em sociedades complexas*. In: KUNSCH, M. *A Comunicação na gestão da sustentabilidade das organizações*. São Caetano do Sul: Difusão, 2009.
- BUENO, W. C. *Comunicação e Sustentabilidade: aproximações e rupturas*. Revista Razon y Palabra. Cidade do México, n. 79, maio/julh. 2012.
- CAPRA, Fritjof. *Meio Ambiente e Educação*. In: TRIGUEIRO, A. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2008.
- CMMAD. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro, FGV, 1991.
- EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.
- ESGOSTEGUY, A. C. *O que é, final, Estudos Culturais?*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- FELDMANN, F. *Meio Ambiente e Consumismo*. In: TRIGUEIRO, A. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Campinas: Armazém do Ipê, 2008.
- GIL, G. *Meio Ambiente e Cultura*. In: TRIGUEIRO, A. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2008.
- KEINERT, T. M. M., (org). *Organizações sustentáveis: utopias e inovações*. São Paulo: Annablume, 2007.
- LAYRARGUES, P. P. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.
- MOUSINHO, P. Glossário. In: TRIGUEIRO, A. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2008.
- VEIGA, J. E. *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. São Paulo, SP: Editora Senac, 2010.